

Posse de Livros, Leitura e Assimilação: Leituras dos Inconfidentes Mineiros

Rafael de Freitas e Souza¹

"O acesso ao impresso não pode ser reduzido à exclusiva posse do livro: nem todo livro lido é necessariamente possuído [...]"².

Sabemos que diversos livros considerados perigosos por seus conteúdos chegavam a Minas no século XVIII. Vale lembrar, ainda, que possuir um livro não significa, necessariamente, sua leitura ou a concordância total ou parcial com o texto, conforme já salientaram diversos autores como Chartier, Boschi, Furtado, Roche e Villalta. Além disso, da leitura de um texto por diferentes indivíduos, nem sempre se extrai uma compreensão unívoca³. Mas, gostaríamos de ponderar junto com Nizza que "Assim como a posse de livros não implica necessariamente a sua leitura, também a ausência dos mesmos não significa que os indivíduos não tivessem acesso ao conteúdo de várias obras, ou pelas conversas ou por cópias manuscritas"⁴.

Para saber se o leitor (*lector*) leu ou conhece pouco ou parte significativa do pensamento de determinado autor (*auctor*), não é absolutamente necessário que haja referência nominal explícita a ele, como o fizeram, p. ex., Jefferson e Bolívar⁵. Citações em

¹ - Mestre em História e Cultura Política/UFMG; Prof. Dpto. História/UFOP.

² - Cf. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa dos séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Edunb, 2. ed. 1998, p. 24

³ - Cf. Idem. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 212ss.

⁴ - Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 159.

⁵ - " [...] pode ser que o Sr. Molien não tenha estudado, tanto quanto eu, Locke, Condillac, Buffon, D'Alembert, Helvetius, Montesquieu, Mably, Filangieri, Lalande, Rousseau, Voltaire, Rollin, Berthot e todos os clássicos da Antiguidade [...]; e todos os clássicos modernos da Espanha, França e Itália e grande parte dos ingleses". - Carta de Bolívar a Santander, datada de Arequipa, 20 de maio de 1825 - Citado por BELLOTO, Manoel Lelo; CORREA, Anna Maria Martinez. Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político. In: _____. *Simon Bolívar*. São Paulo: Ática, 1983, p. 11. Sabe-se que Jefferson copiou diversos trechos de Montesquieu em seu *Commomplace Book*. Assim como Kant leu Hume, Diderot leu

sermões, poemas, obras, depoimentos e até mesmo no cotidiano como em reuniões, revelam que houve algum contato com sua obra ou pensamento de maneira direta ou indireta. Antunes lembra que "Caio César Boschi chamou a atenção para a documentação produzida pelos inconfidentes que trabalhavam na administração colonial, na qual poder-se-ia encontrar vestígios de suas leituras e idéias"⁶.

A pesquisa de Antunes confirma a tese de Villalta, segundo a qual a livraria era montada de acordo com interesse profissional e seus proprietários recorriam a seu acervo (leis e comentadores, tratados teológicos, etc) no exercício da profissão. Confirma também que, pelo menos no caso de José Pereira Ribeiro, astutamente, não se fazia qualquer referência explícita a autores defesos para fundamentar ou contrapor argumentações⁷. Da mesma forma, segundo Pires, o advogado dos inconfidentes, José de Oliveira Fagundes, recorreu, sem citar, ao pensamento de Beccaria, para fundamentar seu pedido de redução da pena dos réus, calcado na tese de que não é a dureza das penas, mas a certeza da punição que previne os delitos⁸.

Aceitamos que da certeza da leitura não se pode concluir a concordância total ou parcial do leitor com o que leu. Mas em contextos específicos, que visam ao convencimento do ouvinte acerca de suas proposições, ninguém reproduz as concepções de autores sem que tenha com elas concordado e esteja convencido de sua verdade; quando há discordância, a citação é negativa, para deixar claro o dissenso. Domingos Vidal Barbosa não memorizaria determinado trecho da *Histoire* de Raynal e o reproduziria frente aos

Descartes, Montesquieu leu Platão e Aristóteles, etc.

⁶ - Cf. ANTUNES, Álvaro A. *Espelho de cem faces: o universo relacional de advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. 1999. 271f. Dissertação (Mestrado em História) - FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, p. 13.

⁷ - Cf. ANTUNES, Álvaro A. Opus cit. p. 240.

⁸ - Cf. PIRES, Ariosvaldo Campos. O processo jurídico da inconfidência mineira. In: *Anuário do Museu da Inconfidência Mineira*, Ouro Preto, n. 9, 1993, p. 94.

ouvintes se não comungasse com ele, pelo menos no trecho reproduzido. Tiradentes, Alvarenga, pe. Toledo e pe. Rolim não elogiariam Raynal como “escritor de grandes vistas” se não o admirassem e concordassem, na essência, com seus escritos. José Vieira Couto, admirador de Raynal era "um de seus grandes divulgadores junto às reuniões dos inconfidentes, das quais participou discutindo a independência americana e os ideais republicanos. Em suas *Memórias sobre a capitania de Minas Gerais*, de 1799, [...] recorre a Raynal ao advogar o livre comércio e a isenção dos impostos"⁹.

Luís Vieira, Maciel, Alvarenga e outros inconfidentes não adquiririam obras de cunho iluminista, se não houvesse certa "identidade de propósitos", visto que não eram censores, tampouco clérigos preocupados em conhecer para combater. Tiradentes não solicitaria a Francisco Xavier Machado a tradução da Seção Oitava da *Constituição* da Pensilvânia - que estava compilada no *Recueil de Loix*, obra à qual ele teve acesso¹⁰ - e a Simão Pires Sardinha a tradução de uns livros ingleses, se não tivesse a intenção de conhecer seus conteúdos.

Citemos um último exemplo da possibilidade de conhecimento das leituras realizadas pelo *lector* sem que ele tenha citado nominalmente o *auctor*. Pode-se afirmar, sem medo de engano, que Gonzaga conhecia o pensamento de Aristóteles - ao menos o trecho da *Metafísica* - pois quando foi inquirido a respeito de ter falado na possibilidade de um levante, respondeu: "que esta prática, de que nem certo se lembra, não podia ser senão em

⁹ - Cf. FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A propósito do Abade Raynal. In: Raynal, Guillaume-Thomas François. *A revolução na América*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 31.

¹⁰ - Para uma análise do conteúdo desta obra e de sua circulação entre os Inconfidentes, cf. SOUZA, Rafael de Freitas. *Combate nas Luzes: a recepção e leitura do Recueil entre os inconfidentes mineiros*. 2004. 210f. Dissertação (Mestrado em História) - FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais.

uma hipótese de potência e não de ato"¹¹ e que "da potência para o ato vai uma grande diferença"¹².

A teoria do ato e potência de Aristóteles foi desenvolvida em sua obra *Metafísica*, Livro K 9: *Ser potencial, ser atual e movimento*; onde ele afirma: "Portanto, o movimento é a atualização do que é em potência, quando ele se atualiza e se realiza, não enquanto é ele mesmo mas enquanto móvel. E com a expressão 'em ato' pretendo dizer o seguinte: o bronze é em potência a estátua; todavia, o movimento não é o ato do bronze enquanto bronze"¹³.

De acordo com Abbagnano, "A potência (*dynamis*) é em geral a possibilidade de produzir uma mudança ou de a sofrer [...] o acto (*enérgeia*) é, pelo contrário, a própria existência do objeto"¹⁴. Ou seja, Gonzaga recorreu a categorias conceituais ontológicas (ato e potência) do pensamento deste filósofo para refutar a hipótese de que tivesse falado em levante. Seu emprego não foi apenas um recurso retórico, mas demonstração de erudição e ilustração, típica de um letrado setecentista. Se a ele recorreu, foi porque reconhecia e acreditava na eficácia de seu raciocínio e na *auctoritas* deste autor.

Se a desconhecida livraria de Gonzaga nos impede de afirmar que possuía a *Metafísica* de Aristóteles, podemos garantir pela via da citação textual nos ADIM, que ele conhecia este ponto de seu pensamento. Outro dado que fortalece esta hipótese é que, na reformada Universidade de Coimbra, a disciplina *Metafísica* ainda constava no currículo

¹¹ - Cf. ADIM, vol. V, p. 222.

¹² - Ibid., vol. V, p. 212.

¹³ - Cf. ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. do grego, introdução e comentário de Giovanni Reale. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, v. 2, 2002.

¹⁴ - Cf. ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Trad. Antônio B. Coelho et al. Lisboa: Editorial Presença. 5. ed. V. 1, 1991, p. 218.

quando lá estudou. Que não se confunda aristotelismo com a escolástica, separação que a reforma pombalina refez.

Figueiredo e Munteal Filho comungam da mesma opinião de Leite e posicionam-se frente àquela ponderação freqüentemente colocada a respeito da leitura e concordância do conteúdo de uma obra. Para eles, a *Revolução na América* de Raynal foi "[...] lida, debatida e assimilada em toda a América de colonização européia"; e mais adiante: "A relação direta e imediata entre o livro e o nascimento do projeto conjurado é inegável e definitivo"¹⁵. Reiteramos que esta relação seria impossível, se dele discordassem. Os livros trazem aquela qualidade de, enquanto discurso ou pensamento do escritor que virou texto, influenciar o discurso e a prática do leitor.

A obra do abade Raynal e também o *Recueil* seriam, portanto, verdadeiros guias, manuais polivalentes que "iluminaram" estes homens. De Raynal, e também do próprio *Recueil*, retiraram a leitura crítica da conjuntura, a identificação da derrama com a pressão fiscal sobre as 13 colônias como estopim para a eclosão da revolta, as imagens sobre as condições econômicas e geográficas, a idéia de República, a crítica à administração viciosa, aos generais inaptos, à organização militar, à necessidade de um governo obediente às leis, o rompimento com a metrópole, etc. Ou seja, O *Recueil* e a *Histoire* foram leituras decisivas. Portanto, leram, entenderam, concordaram (mesmo que parcialmente) e tentariam aplicar os postulados essenciais destas obras, pela via do levante armado, conforme já vinha sendo preparado.

¹⁵ - Cf. FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Opus cit. p. 32.

Todavia, no estudo da leitura, não podemos cair no lado extremo do idealismo e crer que bastam os livros para "iluminar" a mente dos homens. Como advertiu Pierre Vilar¹⁶, "Jamais alguém se torna marxista lendo Marx, ou, pelo menos, apenas o lendo; mas olhando em volta de si, seguindo o andamento dos debates, observando a realidade e julgando-a criticamente". Acreditamos que, além da leitura, os inconfidentes foram capazes de acompanhar o debate ideológico de seu tempo, além de observar e julgar criticamente sua realidade. Aqui, isentamo-nos de qualquer tentativa de enaltecê-los.

Araújo observa que é em Minas, nas principais cidades da região mineradora (Vila Rica, Mariana, Sabará, São João e São José Del Rei, Congonhas, Diamantina e Barbacena), que se encontram as maiores livrarias e os inventários *post-mortem* mais representativos de livros, seguido de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia¹⁷. Esta considerável quantidade de livros e livrarias existentes em Minas relaciona-se com a chamada segunda revolução das práticas de leitura ocorrida na segunda metade do século XVIII. A leitura extensiva é "consumidora de muitos textos, passando com desenvoltura de um ao outro, sem conferir qualquer sacralidade à coisa lida"¹⁸. Ler muitos livros pode implicar a necessidade de possuí-los.

No século XVIII, apesar da associação do saber à vaidade, era muito forte a valorização do conhecimento especializado, do diploma universitário e da posse de livrarias. Os livros, segundo Villalta¹⁹, têm diversas utilidades: conhecimento, deleite, acesso ao sagrado, ornamentação, símbolo profissional e de poder; sendo importantes para

¹⁶ - Cf. VILAR, Pierre. Marx e a história. In: HOBBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, v.1, p. 97.

¹⁷ - Cf. ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999, p. 245 e 265.

¹⁸ - Cf. CHARTIER, Roger. Opus cit. 1998, p. 23.

¹⁹ - Cf. VILLALTA, Luís Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos dos livros na América portuguesa*. 1999. 526f. Tese (Doutorado em História) - FFLCH, USP, São Paulo, p. 352s.

a vida pública e privada, definem e são a base das "redes de sociabilidade". Já se tornou bastante conhecida da historiografia a correspondência entre Manuel Ribeiro dos Santos, caixa e administrador dos contratos do dízimo de Minas no período de 1741 e 1750 e mercador em Vila Rica, e o lisboeta Jerônimo Roiz Airão, a quem Manuel pede que lhe envie livros "com as melhores capas que houver, todos dourados nas costas"²⁰, que deixa claro a preocupação com a aparência dos produtos do prelo.

Em seu artigo *As práticas da escrita*, Roger Chartier reproduz diversas telas, onde o livro está associado a autoridade, alfabetização, uso doméstico, *status*, poder, catequese, introspecção, busca de conhecimento, motivo de encontro social, sensualidade, divertimento, propaganda revolucionária e símbolo da vaidade²¹. Em Minas, p. ex., na Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, há uma pintura que remete a esta temática cristã, reunindo diversos símbolos que evocam a efemeridade, dentre eles, um livro fechado e outro de partituras musicais. Moldurando-a, se lê: "*Vanitas vanitatum, Mememto mori*".

Mas, entre os inconfidentes, relevante para este trabalho é o uso do livro para busca do conhecimento, sem licença régia, das idéias proibidas e a aplicação que pretendiam lhes dar, porém sem subverter a ordem. Os inconfidentes faziam aquele tipo de leitura que Chartier e Villalta denominam de inventiva.

Inventividade é a criatividade e a liberdade que o leitor exercita diante dos livros e, de resto, face aos agentes que estão por trás de sua produção ou que interferem em sua circulação e posse. Essa liberdade é desenvolvida de diferentes formas pelos leitores: possuindo obras proibidas; fazendo dessas últimas um elemento importante para afrontar os princípios defendidos pela censura e pelos poderes constituídos; criticando os próprios textos, duvidando de suas afirmações e

²⁰ - O documento está citado em SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Nova história da expansão portuguesa: O império luso-brasileiro 1750-1822*. vol. III. Lisboa: Editorial Estampa. 1986, p. 152.

²¹ - Cf. CHARTIER, Roger. *As práticas da escrita*. In: ARIÈS, Philippe; DOBBY, Georges (org.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. Trad. Hidegard Fiest. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v.1, p. 113-166.

subvertendo o seu sentido; e por fim, apropriando-se das idéias contactadas na leitura para criticar a própria realidade imediata em que se vive²².

As bibliotecas dos diversos personagens envolvidos na Inconfidência foram recolhidas pelas autoridades encarregadas da Devassa. Muitas dessas obras, infelizmente se perderam. Outras, nos autos do processo não tiveram citados o título, o autor ou ambos, tornando-se impossível sabê-las, como no caso de Gonzaga, Tiradentes e Francisco de Paula Freire de Andrada. Outras, certamente foram queimadas, escondidas ou transferidas preventivamente. No entanto, em muitas foram citados corretamente a autoria e título, como as pertencentes ao cônego Luís Vieira, revelando suas referências e preferências, permitindo aos pesquisadores entrarem em contato com seu universo intelectual.

Homens como o cônego Luís Vieira da Silva, Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e o próprio Tiradentes possuíam suas livrarias particulares, contendo títulos que variavam de acordo com o interesse particular, profissão e o "espírito do século". Leitores típicos do século XVIII, diversos inconfidentes que exerceram os papéis mais importantes na trama eram, como se dizia, "letrados", muitos estudaram na Europa e alguns possuíam considerável acervo literário que, além de diversificado em volumes era também em idiomas e conteúdos. Adquirir tamanho grau de sofisticação intelectual e posse de objeto tão valioso quanto o livro na colônia, e mesmo na Europa, era privilégio de poucos.

O valor médio de um livro era, na segunda metade do século XVIII, de 1\$100; ou seja, mais caro que duas ovelhas (\$500 cada), quase três porcos de terreiro (\$450 cada) e pouco mais barato que uma alavanca de mineração (1\$200) ²³. Segundo Abreu, um

²² - Cf. VILLALTA, Luís Carlos. Opus cit., p. 402.

²³ - Cf. FURTADO, João Pint. *O manto de Penélope*: história, e memória da Inconfidência Mineira de 1788-

dicionário de língua portuguesa, 1 vol., custava, em 1796, 4.800 réis²⁴. O valor de um livro proibido na França do século XVIII era de duas ou três libras "estariam ao alcance do poder de compra de boa parte do povo francês"²⁵. Mas, podia chegar a custar o dobro ou o décuplo ao passar pelo longo trajeto que ia dos impressores, transportadores clandestinos, censores (o veto colocado à obra provocava a elevação de seu valor de venda) e vendedores até os compradores. Villata e Araújo chegaram a conclusões similares no que tange ao perfil do leitor colonial. Vejamos, respectivamente a opinião de cada um:

A posse de livros concentrava-se entre os detentores da propriedade de terras e escravos, marcadamente entre aqueles que a conjugavam à dedicação à carreira sacerdotal, ao direito, à cirurgia e à farmácia, ou ainda, ao comércio, à navegação, aos estudos, às atividades militares e ao exercício de cargos públicos²⁶.

A observação mais concreta do perfil social do leitor brasileiro colonial é que este era abastado. E do sexo masculino [...] Fazendeiro, padres, militares, médicos, bacharéis constituem um modelo mais pertinente dos leitores coloniais [...] o que não significa que todos os abastados tivessem livros em casa, ou que os livros não pudessem aparecer nos inventários dos aparentemente pobres²⁷.

Os autores supracitados²⁸ perceberam a adequação destas livrarias ao espírito do tempo, profissões e interesses dos respectivos proprietários. Abundavam, desde o século XVII, em primeiro lugar, os títulos Religião (teologia dogmática, hagiografia, ascética, direito canônico, Constituições de bispados e arcebispados, livros de doutores da Igreja, catecismos, Bíblias e manuais místicos e ascéticos), seguidos dos saberes profanos: Letras,

1789. São Paulo: Cia das Letras, 2002. - Valores De Referência, Em Réis, Por Item Sequestrado (Base: 1789-92), p. 227.

²⁴ - Cf. ABREU, Márcia. O rei e o sujeito: considerações sobre a leitura no Brasil colonial. *Convergência Lusitana*, n. 17, 2000, p. 193.

²⁵ - Cf. DARTON, Robert. A filosofia por debaixo do pano. In: DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Trad. Marcos M. Jordan. São Paulo: Edusp, 1996, p. 66.

²⁶ - Cf. VILLALTA, Luís Carlos. Opus cit., p. 356. Os trabalhos de Furtado, Júnia (1996) e de Diniz (1959), citados por Villalta em sua tese, voltados especificamente para Minas Gerais, também detectaram este mesmo perfil.

²⁷ - Cf. ARAÚJO, Jorge de Souza. Opus cit., p. 241s.

²⁸ - Embora tenham escrito trabalhos que se complementam, divergem quanto à eficácia da atuação de censura. O primeiro frisa sua incompetência e as formas de logro; o segundo, reconhece os percalços, mas conclui pela sua alta eficácia, que conseguiu definir os principais títulos que circulavam na colônia. Antunes (1999) e Abreu (2000) endossam a tese da ineficácia, apesar do rigor.

Medicina e Direito (Ordenações do Reino). A partir da segunda metade do século XVIII, registram-se obras de Ciências Naturais, Matemática, Física e História²⁹.

Retornando aos Inconfidentes, sabemos que alguns possuíam livrarias de grande porte, como por exemplo, o cônego Luís Vieira (279 títulos em 612 volumes), pe. Toledo (60 obras e 105 volumes), pe. Manuel R. da Costa (59 obras e 207 volumes) dentre o clérigos; Cláudio (99 títulos e 344 volumes), Gonzaga (83 livros - não foram descritos), Tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada (84 livros - não foram descritos) dentre os leigos, civis e militares; e outras menores: Alvarenga (4 títulos e 18 volumes), Tiradentes (4 títulos - não foram descritos). A maior livraria de Minas, no entanto, pertencia ao Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana à época da Inconfidência, que não era inconfidente (412 títulos e 1056 volumes)³⁰. Dentro do "universo relacional" dos inconfidentes, temos ainda a livraria do advogado de Mariana José Pereira Ribeiro (211 obras em 476 volumes). "A biblioteca é, assim, para um letrado, simultaneamente prova de uma competência e sinal de um estatuto social"³¹. Como também frisaram Chartier e Roche o livro demonstra "a superioridade social que pensa se justificar pelo saber", sendo o "símbolo de todos os poderes"³².

Porém o século reserva-lhe sobretudo o signo do poder: poder do conhecimento de um universo inventariado, então dominado; poder das idéias que podem, senão mudar o mundo, ao menos reformar o Estado [...] o poder não se concebe mais sem os volumes que encerram as regras do bom governo ou da memória dos séculos [...] as armas para a dominação do mundo não são mais aquelas de Mars, porém o livro do poder por excelência, a *Encyclopédie*.³³

²⁹ - Cf. VILLALTA, Luís Carlos. Opus cit., p. 355s e ARAÚJO, Jorge de Souza. Opus cit., p. 15 e 235.

³⁰ - Cf. VILLALTA, Luís Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1-2, jan./dez. 1995, p. 19-52.

³¹ - Cf. CURTO, Diogo Ramada. A cultura política. In: SERRÃO, Joel. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1993. v. 1, p. 123.

³² - Cf. CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 107.

³³ - Idem, ibidem, p. 107.

Sobretudo se considerarmos a época, a colônia, a censura, e outras dificuldades, os livros constituem excelente fonte de investigação do intercâmbio entre a vida, a teoria e a prática desses homens, permitindo apontar traços de sua história de leitura e trajetória intelectual. Diversos estudiosos, como Alvarenga, Antunes, Araújo, Frieiro, João Furtado, Jardim, Leite, Maxwell e Villalta já pesquisaram sobre o assunto, tamanha sua relevância. Frieiro, p.ex., analisa, em sua obra, especialmente a livraria do cônego Luís Vieira³⁴.

Em seu texto, Leite³⁵ comenta sumariamente o teor de algumas obras de autores proibidos, presentes na livraria do cônego Luís Vieira, servindo para esclarecer a razão que os tornava vítimas da censura e revelar a importância que tais obras exerceram na estruturação do pensamento dos inconfidentes e nas propostas sustentadas por alguns deles. Havia uma "trindade inviolável", que as autoridades guardavam como Cérbereiros ferozes: a Monarquia, a Moral e a Religião. Os livros que a maculasse eram proibidos, indexados e alguns lançados à "chama purificadora". Estas informações corroboram a necessidade do estudo do *Recueil*, como parte integrante destas livrarias e da atmosfera intelectual mineira do setecentos.

Muitos são os autores e filósofos proibidos presentes nas bibliotecas dos inconfidentes: Anacreonte, Beccaria, Bossuet, Brissot, Buffon, Catulo, Condilac, Condorcet, Descartes, Diderot, Espinosa, Helvetius, Hobbes, La Mettrie, Locke, Mably, Marmontel, Montesquieu, Ovídio, Pinel, Raynal, Robertson, Voltaire, etc. Observa-se a clara predominância de autores franceses da Ilustração. Leite sustenta que "Era muito difícil

³⁴ - Cf. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*; como era Gonzaga? e outros temas mineiros. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1981. 184p.

³⁵ - LEITE, Paulo G. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo*. RJ, p. 153-165, 1995.

manter a ortodoxia num mundo marcado pela inquietação mental e pelo alvoroço das novas aspirações. Quem escapava de uma heresia caía em outra"³⁶. O cônego Luís Vieira, por exemplo, "tinha mais obras de ciências profanas que de ciências sacras: 52,7% *versus* 35,5% ou, em termos absolutos, 147 obras e 329 volumes *versus* 99 obras e 236 volumes"³⁷. Aliás, esta característica - possuir obras que "ultrapassam os limites imediatos do trabalho pastoral"³⁸ - é comum aos clérigos inconfidentes, quando comparados aos demais, à exceção do bispo Pontével. É muito nítida, nas análises sobre este tema, a aguda influência dos ideais iluministas sobre os inconfidentes. Segundo dois estudiosos da história da literatura, os poetas barrocos:

[...] se ocupam dos problemas religiosos (devoção, pecado, salvação), e manifestavam, no que se refere à vida pública um rigoroso conformismo com os fundamentos da ordem estabelecida. O espírito barroco se identificava com a glorificação da monarquia absoluta como fato de origem divina; e, como que esmagado pelo sentimento da fé e do poder, favorecia na literatura o senso agudo das tensões, das angústias, da ânsia do absoluto, que acentuavam a pequenez e a impotência do homem.³⁹

Por outro lado, para eles, os árcades, inovam os termos ideológicos em suas poesias:

[...] sem perder a impregnação religiosa nem o respeito à monarquia, vão-se preocupar com assuntos mais imediatos e concretos, como a prática da virtude civil, a melhoria do homem pela instrução, a busca da harmonia social pela obediência às leis da natureza, a procura da felicidade na terra pela prática do bem e da sabedoria [...] Coincidindo com as reformas do Marquês de Pombal, a sua atividade literária se voltará, em parte, para o apoio ao 'despotismo esclarecido', justificando-o menos pela origem divina do poder do que pela capacidade de promover o bem-estar coletivo. [...] os árcades serão mais laicos, mais políticos e mais otimistas, sofrendo a influência da Ilustração [...] Essas idéias, que depois se tornaram banais, eram então novas e dinâmicas, cheias ainda da esperança de reorganizar a sociedade por meio da razão e da ciência - da 'Filosofia', como se costumava dizer.⁴⁰

³⁶ - Cf. LEITE, Paulo Gomes. Opus cit., p. 164.

³⁷ - Cf. VILLALTA, Luís Carlos. Opus cit. 1995, p. 25.

³⁸ - Idem, ibidem, p. 28.

³⁹ - Cf. CÂNDIDO, Antônio. *Presença da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. v. 1., p. 103.

⁴⁰ - Idem, ibidem, p. 103. -Holanda também ressalta este contágio "pelo novo ideal de beleza e felicidade" presente em Gonzaga, Alvarenga e Cláudio. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura*

Impregnação religiosa, respeito à monarquia, legalismo defesa das instituições, escravismo, conviveram ao lado do *Libertas Quae Sera Tamem*. Ao mesmo tempo em que apregoavam a liberdade, que deve ser entendida dentro de seu significado no século XVIII (a liberdade da qual falaram não era para todos, mas somente para os brancos, ricos e livres), amarravam-se aos pilares que sustentavam o regime absolutista nas Minas.